



Número: **0003767-24.2021.2.00.0814**

Classe: **CORREIÇÃO ORDINÁRIA**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Pará**

Última distribuição : **20/10/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Fiscalização**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Corregedoria Geral de Justiça do Pará - TJPA (CORRIGENTE)			
Belém - 3ª Vara de Execução Fiscal - TJP (CORRIGIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
88554 6	20/10/2021 10:13	Relatório Correição 3ª Vara de Execução Fiscal Belém - definitivo - assinado digitalmente (1)	Relatório de correição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO TJPA

MODELO DE FORMULÁRIO

UNIDADE JUDICIAL	3ª Vara de Execução Fiscal de Belém
EDITAL	015/2021 – Diário de Justiça de 08.07.2021
MODALIDADE	Correição Ordinária Presencial
PERÍODO	25 e 26/08/2021

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE:

1.1. Juiz de Direito titular / Período de exercício / O magistrado no exercício faz parte do grupo de risco?

Juíza Titular Mônica Maués Naif Daibes
Período de exercício: 13/06/2016
A magistrada não faz parte do grupo de risco.

Juiz Auxiliar Luiz Otávio de Oliveira Moreira
Período de exercício: julho de 2021
O magistrado faz parte do grupo de risco.

1.2. Competência:

Processar e julgar os feitos fiscais/tributários relativos à Fazenda Pública Estadual (execuções fiscais e processos de conhecimento que envolvam a matéria fiscal/tributária em que seja parte o Estado do Pará), nos termos da Resolução 023/2007-GP. Publicada no DJ nº 3899 de 14/06/2007

1.3. Endereço / telefone / email:

Praça Felipe Patrone, sem número, Forum Cível de Belém, Cidade Velha; 3205-2160,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

3205-2157; 3execucaobelem@tjpa.jus.br

1.4. Data da última correição ordinária anual realizada pelo Magistrado (a): *(artigos 101, I e 164, I do Código Judiciário do Estado do Pará c/c artigo 11 do Provimento n. 004/2001-CGJ e Instrução n. 004/2008-CJCI)*

19/05/2021

1.5. Há na unidade tramitação conjunta de processos físicos e eletrônicos?

Sim. Em consulta ao Painel de Gestão no dia 25.08.21, restou observado 3.454 processos ativos no LIBRA e 10.692 no PJE.

1.6 O sistema Pje encontra-se implantado na unidade? Informe se sistema Pje funciona a contento.

Sim. Utilizam o Pje desde 01 de junho de 2017.

1.7. DIREÇÃO E SECRETARIA DO FÓRUM.

PREJUDICADO

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. SERVIDORES

2.1.1 – Servidores do Gabinete

Nome: JULIANA OLIVEIRA BAIA - Matrícula: 114472

Cargo: Assessor de Juiz

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 2757/2016-GP, de 14/06/2016.

Nome: ANA THEREZA NAVAS PEREIRA – Matrícula: 154571

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 0456/2017-GP, de 30/01/2017

Nome: MAURÍCIO MARTINS JORGE JOÃO - Matrícula: 107433





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cargo: Analista Judiciário

Ato de nomeação/lotação: Portaria nº 3141/2012-GP, de 03/09/2012

Nome: CAMILA SIMÕES SAUMA FILO-CREÃO- Matrícula: 173568

Cargo: Analista Judiciário

Ato de nomeação/lotação: Portaria 6416/2018- GP, de 07/01/2019

2.1.2. Servidores da Secretaria/UPJ

01 - GILBERTO BARBOSA DE SOUZA JÚNIOR – Matrícula nº 61514

Cargo: Analista Judiciário – Grupo de Risco: Não

Função: Diretor de Secretaria (Portaria 1177/2021-GP, de 19/03/2021)

Ato nomeação: Portaria 1010/2007-GP, de 07/05/2007

02 - JOSÉ MARIA DE FREITAS TORRES - Matrícula nº 25984

Cargo: Analista Judiciário - **Grupo de Risco: Sim (maior de 60 anos)**

Ato nomeação: Portaria nº 0462/98-GP, de 22.05.1998

Ato lotação: Portaria nº 721/DFC/2007, de 19.11.2007

03 - LUIZ ALEXANDRE FLORES SOLIMAN -

Cargo: Analista Judiciário – **Afastado para tratamento de saúde desde agosto de 2020**

Ato nomeação: Portaria nº 3807/2012-GP, de 06.11.2012

Ato lotação: Portaria nº 969/DFC/2012, de 07.11.2012

Licença médica. Retorna em outubro de 2021.

04 - JANAINA WILZA LOBO SARAIVA Matrícula nº 31585

Cargo: Auxiliar Judiciário - Grupo de Risco: Não

Ato nomeação: Portaria nº 521/2001-GP, de 09.04.2001

Ato lotação: Termo de Posse assinado em 11.04.2011





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

05 - PAULA GISELLE MORAES COLDOVINO – Matrícula nº 101281

Cargo: Auxiliar Judiciário - Grupo de Risco: Não

Ato nomeação: Portaria nº 1021/2012-GP, de 28.03.2012

Ato lotação: 28.03.2012

06 - ALLAN ALCÂNTARA DA SILVA – Matrícula nº 16084-9

Cargo: Auxiliar Judiciário - Grupo de Risco: Não

Ato nomeação: Portaria nº 4445/2017-GP, de 18/09/2017

Ato lotação: 28.03.2012

2.1.3. Estagiários

01 - ALESSANDRA BARBOSA PINHEIRO – Matrícula nº 186287

Cargo: Estagiário - Grupo de Risco: Não

Ato de lotação: 03/08/2020 (Secretaria)

02 - Nome: ANA CAROLINA CARDOSO CASTRO

Cargo: Estagiária

Ato de nomeação/lotação: Data: 01/10/2020 (Gabinete)

2.1.4. Há Promotores de Justiça atuando na unidade judicial? Identificar.

Não.

2.1.5. Há Defensores Públicos atuando na unidade judicial? Identificar.

Não

2.1.6. A unidade judiciária encontra-se com lotação paradigma de servidores?

A lotação paradigma está completa em 10 (dez) servidores, conforme tabela disponibilizada na página da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA. 10 servidores: 9 efetivos e 1 comissionado.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

3.1. GABINETE (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos).

Os móveis aparentam avarias, sendo antigos.

3.2. SECRETARIA/UPJ (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos)

No SigaDoc PA-MEM-2021/31591 já consta pedido de substituição das cadeiras da unidade em razão de defeito.

4. CÍVEL:

4.1 ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA/UPJ

4.1.1 Qual a metodologia de trabalho empregada na Unidade (por núcleo, por tarefa, etc)? Especificar a divisão de tarefas atribuídas aos servidores.

A divisão do trabalho se dá através das tarefas distribuídas entre os servidores da unidade.

GILBERTO SOUZA (Diretor de Secretaria)

Gerenciamento da Secretaria

Controle de prazos no Pje

Certidões (inteiro teor, Agravo, decurso de prazo, Trânsito em julgado, Diversas)

Baixa e Arquivamento Pje e Libra

Redistribuição e Remessa 2º Grau no Pje

Processos complexos Libra e PJe

Balcão Virtual

Alvará

RPV

Atendimento advogado (presencial, telefone e balcão virtual)

Subconta (abertura, comunicação SDJ, emissão de extrato)

JOSÉ MARIA TORRES (ANALISTA)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Agrupadores (triagem, Certificação e conclusão dos autos)

JANAÍNA SARAIVA (AUXILIAR)

Tarefas processos físicos (publicação, tramitação, intimação, certificação, arquivamento, baixa e remessa ao arquivo)

Siga Doc

Ativação e “Higienização” de processo físico

Atendimento (telefone e presencial)

PAULA COLDOVINO (AUXILIAR)

Cumprimento de decisões no Pje (Liminar, Decisão, Despacho e Sentença)

Recebimento e triagem das Iniciais.

Ativação e “Higienização” de processo físico

Atendimento (telefone e presencial)

ALAN ALCÂNTARA

Carta Precatória

Balcão Virtual

Email

Malote Digital

Atos de comunicação (Mandado, Ofício, Carta e Edital)

LUIZ ALEXANDRE SOLIMAN (ANALISTA)*

Agrupadores

Certidões (exceto de Trânsito em Julgado)

Digitalização e Migração ao Pje de processos devolvidos do Egrégio (Agravo e Apelação)

4.1.2. Qual a periodicidade de juntada de petições e outros documentos (malote digital, email, etc.) nos processos que ainda tramitam de forma física?

Diariamente. Na tela inicial do sistema LIBRA aparecem 229 (duzentos e vinte e nove) petições pendentes de juntada.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Constatação na unidade:

252 petições pendentes de juntada no LIBRA

253 petições pendentes de juntada no Pje

Obs.: A maioria dos feitos físicos com petições pendentes de juntada estão com carga á PGE.

4.1.3. Há juntada diária de petições nos processos ainda em tramitação por meio físico, bem como a juntada de documentos que chegam por outra via (malote digital/e-mail da vara)? Em caso negativo, qual a periodicidade?

Sim.

4.1.4 Como é realizada a juntada de petições físicas e documentos por ocasião da migração/digitalização dos feitos a que se encontram vinculados?

Secretaria digitaliza e junta aos autos.

4.1.5. Como estão identificados os processos físicos detentores de prioridade legal (idosos, medidas cautelares urgentes, etc) e nos casos em que concedida justiça gratuita, processos incluídos nas Metas do CNJ e segredo de justiça?

Utilizam apenas marcação para processos de idoso escrita "idoso" e os que são alcançados pela meta 2 que também tem processo "Meta 2".

4.1.6. Como estão identificadas as prioridades legais nos processos eletrônicos?

No Pje é utilizado marcadores disponíveis no próprio sistema, como por exemplo idoso, deficiente físico. A equipe da unidade se comprometeu em incrementar com a utilização de etiquetas "Idoso 60" e "Idoso 80".

4.1.7. Os servidores e estagiários possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?

Sim.

4.1.8. Há expedientes oriundos do Tribunal de Justiça recebidos e não respondidos?





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Não. A unidade verifica a caixa de e-mail diariamente e informa não haver pendências.

**4.1.9. A Secretaria Judicial/UPJ utiliza atos ordinatórios para efeito de intimação?
Todos são cadastrados nos sistemas?**

Sim.

4.1.10. Os documentos expedidos nos autos físicos são cadastradas nos sistemas?

Sim.

4.1.11. Todos os processos físicos se encontram cadastrados no Sistema Libra?

Sim.

4.1.12. Quando os processos migrados são recebidos em secretaria, eles passam pelo procedimento de etiquetagem?

Sim.

4.1.13. O processo eletrônico migrado do Sistema Libra, antes de ser encaminhado para a primeira análise no gabinete do magistrado, é organizado em secretaria?

Sim.

4.1.14. É realizada a alteração de fase processual no sistema nos processos que já se encontram com trânsito em julgado?

Por ocasião da correição foi identificado um processo que já estava em cumprimento de sentença, porém, ainda não alterada a fase no sistema LIBRA, pelo que foi realizada a alteração da classe pelos servidores da secretaria na mesma data, sendo orientado pela Juíza Auxiliar que deveriam proceder as devidas alterações em casos semelhantes para fins de baixa processual.

4.1.15. Com que frequência é realizado o procedimento de arquivamento dos feitos e baixa processual?





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Semanalmente. Pela informação constante do Painel PIB na data de 25 de agosto de 2021, a unidade não atingiu nem metade da meta a ela atribuída, levando em consideração o número de baixas nos últimos três meses.



4.1.16. Quais critérios são utilizados para a movimentação de feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias na secretaria/UPJ?

O grande volume processual, somado com a retomada do expediente presencial e virtualização de processos físicos, não foi identificado critério para movimentação de processos paralisados há mais de 100 dias.

4.1.17. São fixadas metas de trabalho para cada servidor dentro das atribuições para a qual foram designados na unidade?

Sim. As metas são fixadas de acordo com o Plano de Ação da unidade que consta da correição ordinária realizada pela magistrada no ano de 2021.

4.1.18. Com que frequência é verificada a pasta “agrupadores” no Pje?

Diariamente. Foi constatado o quantitativo de 314 (trezentos e catorze) pendências na





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

referida pasta, sendo que a mais antiga data de 16 de agosto de 2021. Foi informado que ingressa na unidade em torno de 200 (duzentas) petições por dia.

4.1.19. A secretaria observa o pagamento antecipado de custas para o cumprimento dos atos processuais (art. 12, c/c parágrafo único do art. 23 da Lei 8.328/2015)? *Art. 12. Caberá às partes recolher antecipadamente as custas processuais dos atos que requeiram ou de sua responsabilidade no processo, observado o disposto nesta Lei. Art. 23. Parágrafo único. É vedado ao diretor de secretaria e ao secretário de Câmara praticar ato processual sem a comprovação do recolhimento prévio das respectivas custas, sob pena de responsabilidade, ressalvados os casos previstos no §3º do art. 12 desta Lei, determinação judicial expressa, isenção legal, beneficiário da assistência judiciária ou ato de ofício destinado a intimar a parte para recolher as custas processuais.*

Sim.

4.1.20. A Secretaria tem cumprido o art. 26 da Lei 8.328/2015? *Art. 26. O Diretor de Secretaria, antes da conclusão dos autos para sentença, ou o Secretário de Câmara, antes da publicação da pauta de julgamento, sob pena de responsabilidade, ressalvadas as hipóteses de assistência judiciária e isenções legais, deverá tramitar o processo à unidade de arrecadação competente para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos até então praticados. § 3º. Na hipótese de pendência de pagamento das custas processuais, após a realização da conta de custas finais, o Diretor de Secretaria ou o Secretário de Câmara do TJPA providenciará a intimação do autor para pagamento do respectivo boleto.*

Não, mas foi informado que é rotina na vara o Gabinete despachar neste sentido. Durante o período de correição, a Juíza Corregedora realçou o disposto no art. 26 da lei de custas.

4.1.21. Quantos processos encontram-se na UNAJ aguardando apuração de custas? Qual a data mais antiga de envio de processo?

02 processos físicos, a remessa mais antiga se deu no dia 06/08/2021.

4.1.22 -Qual o prazo médio que o processo permanece na UNAJ? (Art. 2º, II da Resolução n.º 26, de 10 de agosto de 2016).





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

21 dias

4.1.23. Há processos físicos aguardando envio para o arquivo?

Existem 42 (quarenta e duas) caixas de processos físicos aguardando remessa ao arquivo, com uma média de 10-15 processos em cada caixa.

4.1.24. Existe espaço exclusivo utilizado como arquivo? Caso positivo, especifique a organização.

As caixas ficam numa sala anexa a secretaria da unidade.

4.2 ROTINA DE TRABALHO DO GABINETE

4.2.1. Com que frequência são analisados os pedidos de tutela antecipada?

Diariamente

4.2.2 Há pedido de tutela antecipada pendente de análise há mais de 15 (quinze) dias?

Sim. Foi demonstrado no sistema Pje a existência de 62 (sessenta e dois) pedidos de tutela antecipada ou incidental de liminar.

4.2.3. Como é realizada a análise do deferimento/indeferimento do pedido de gratuidade?

A análise é feita por auto-declaração, mas também verificado IRPF e a fatura de energia elétrica.

4.2.4. Nos processos que demandam análise de diversas questões, sob que natureza é cadastrado o ato judicial proferido após a análise de apenas uma delas ou de parte do pedido?

Decisão

4.2.5. Com que frequência o gabinete consulta o PjeCor?

Semanal





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.2.6. Com que periodicidade o magistrado se reúne com os servidores para definir a gestão da unidade?

Mensal.

4.2.7. A unidade traçou algum plano de ação para o ano civil vigente?

Sim. O Plano de Ação que consta da Correição realizada pela magistrada da unidade no ano de 2021.

4.2.8 Quais ações foram estabelecidas como indispensáveis no plano de ação vigente com vistas a boa gestão da unidade judicial?

Meta 02-CNJ

4.2.9. Qual boa prática é utilizada pelo gabinete com vistas a elevação da produtividade?

Reunião dos processos para constrição patrimonial.
A base é o valor consolidado
Ferramenta SISBAJUD.

4.2.10. A publicação dos atos judiciais é realizada pelo gabinete?

Não. Por ocasião da correição, ficou acordado com a magistrada titular da unidade que o gabinete passará a realizar tal tarefa.
Existiam 252 (duzentos e cinquanta e dois) processos físicos para publicação e no total entre físicos e digitais alcançava 505 (quinhentos e cinco) processos para publicação.

4.2.11 – Existem processos conclusos em gabinete oriundos de outra secretaria de Unidade Judicial em razão de suspeição ou impedimento daquele Magistrado?

Sim.

4.2.12 – Quantos processos o Juiz da Unidade Judicial atua em razão de suspeição ou impedimento de outro magistrado?

Existem 05 (cinco) processos da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.2.13 – Considerando os últimos 12 meses em quantos feitos o Juiz da Unidade firmou suspeição ou declarou-se impedido?

Nos últimos 12 meses apenas no sistema PJE, no caso, 69 (sessenta e nove) processos.

4.3. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

4.3.1. É observado o andamento prioritário dos processos e procedimentos de natureza urgente, conforme previsto no Provimento 12/2008-CJRMB ou os determinados pelo juiz no cumprimento dos expedientes (conclusão e expedições em geral)?

Não foi verificado a ocorrência de critérios para o tramite prioritário

4.3.2. O apensamento de autos que tramitam em meio físico é lançado no sistema? Não havendo mais necessidade de tramitação dos autos apensados, estes recebem a devida baixa do sistema?

Sim.

4.3.3. Por ocasião do arquivamento é observado o lançamento do respectivo movimento em processo porventura apenso ao principal?

Sim.

4.3.4. Há processos com depósito judicial sem movimentação há mais de 03 (três) anos? Colocar em anexo relatório expedido pelo SDJ.

Sim. Vide relatórios em anexo.

4.3.5. Qual o número de processos paralisados aguardando, laudo pericial, exame? Quais providências são adotadas diante do atraso injustificável na remessa dos referidos documentos?

Há 07 processos aguardando perícia. Quando há atraso, é certificado e enviado ao gabinete.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.3.6. A Secretaria Judicial realiza a cobrança das custas judiciais quando da expedição de documentos em feitos não contemplados pela gratuidade processual?

Sim.

4.3.7. Com que frequência é realizada a publicação pela Secretaria dos atos processuais na unidade?

Diariamente. verificou-se pendência de 505 publicações de atos judiciais.

4.3.8. De que forma são controlados os prazos processuais?

Através das etiquetas e pelo controle de prazo realizado de forma automática pelo Pje.

4.3.9. Com relação aos processos que se encontram com carga externa, como são controlados os prazos e qual o método utilizado para solicitar a devolução dos mesmos?

Semanalmente, através de contato telefônico cobramos os autos que se encontram fora da secretaria, e periodicamente, encaminhamos ofícios solicitando devolução dos autos.

Ofício 14/2021-GAB, datado de 24 de agosto de 2021 e recebido em 25 de agosto de 2021 pela Procuradora Ana carolina Perachi (cópia em anexo).

4.3.10. Processos fora da secretaria listar os 5 (cinco) processos que estão há mais tempo fora da Secretaria.

	Número do processo	Data da carga e/ou remessa	Destinatário da carga e/ou remessa	Atraso (dias)
01.	00035014120078140301	14/04/2008	PROCURADORIA DO ESTADO - PGE	4874
02.	00498859020098140301	27/11/2009	PROCURADORIA DO ESTADO - PGE	4282
03.	00525210520098140301	25/01/2010	PROCURADORIA DO ESTADO - PGE	4222





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

04.	00161700320108140301	17/05/2010	PROCURADORIA DO ESTADO - PGE	4111
05.	00161690820108140301	17/05/2010	PROCURADORIA DO ESTADO - PGE	4111

Relatório do LIBRA de remessa de autos constante da tela inicial.

02 Relatórios do LIBRA de processos fora da secretaria da unidade entregues pela própria unidade, no qual são identificados 940 processos fora da secretaria distribuídos em 14 destinos, sendo que a maioria foram remetidos à Procuradoria.

Anexo 06

4.3.11. Os Oficiais de Justiça solicitam esclarecimentos ao magistrado quando encontram dificuldade no cumprimento da ordem judicial?

Sim.

4.3.12. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade?

Obs: A devolução de mandados pode ser vista nos “agrupadores”, onde podem ser visualizadas as certidões dos oficiais de justiça e petições de advogados

Sim, através de etiquetas e pelo controle de prazo no Pje.

Listar os 05 (cinco) mandados mais antigos pendentes de cumprimento pelos Oficiais de Justiça			
Número do processo	Número do documento	Data do recebimento	Nome do Oficial
0846700-77.2018.8.14.0301	ID 13509064 -	02/06/2021	ANDREI JOSE JENNINGS DA COSTA SILVA
0835009-66.2018.8.14.0301	ID 15260073	07/02/2021	NESTOR RENNA ARAUJO DE NEGREIROS
0065750-35.2012.8.14.0301	ID 18592858	28/07/2020	Não distribuído





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

0018631- 73.2015.8.14.0301	ID 9655808	24/07/2019	VICTOR DE OLIVEIRA ALMEIDA
0810732- 49.2019.8.14.0301	ID 26421179	21/06/2021	CAIQUE SILVA FALCAO COSTA
0871733- 69.2018.8.14.0301	ID 26545237	11/05/2021	ANDREI JOSE JENNINGS DA COSTA SILVA
0846700- 77.2018.8.14.0301	ID 13509064	02/06/2021	ANDREI JOSE JENNINGS DA COSTA SILVA
0835009- 66.2018.8.14.0301	ID 15260073	07/02/2020	NESTOR RENNA ARAUJO DE NEGREIROS

No sistema LIBRA não constam mais mandados expedidos, que tenham sido distribuídos e não devolvidos a mais de 30 (trinta) dias.

Na tela inicial do sistema LIBRA constam 04 (quatro) mandados expedidos e não distribuídos (documento em anexo)

4.3.13. A unidade utiliza os sistemas abaixo? Assinalar Sim (S) ou Não (N).

a) SISBAJUD

Sim (X) Não ()

Qual a data do último acesso?

Duas ou três vezes na semana. Com último acesso noticiado pela servidora responsável sendo no dia 24 de agosto de 2021. Existem 856 (oitocentos e cinquenta e seis) processos pendentes de análise, sendo que o mais antigo foi concluído em 28 de julho de 2021.

b) INFOJUD

Sim (x) Não ()

Qual a data do último acesso?

Diariamente

c) INFOSEG

Sim (x) Não ()

Qual a data do último acesso?





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Diariamente

d) RENAJUD

Sim (x) Não ()

Qual a data do último acesso?

Diariamente

e) NATJUS

Sim () Não (X)

Qual a data do último acesso?

PREJUDICADO

f) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa

Sim () Não (X)

Qual a data do último acesso?

PREJUDICADO

g) SDJ

Sim (X) Não ()

Qual a data do último acesso?

Diariamente.

h) E- NATJUS

Sim () Não ()

Qual a data do último acesso? E quantos processos aguardam consulta no sistema?

PREJUDICADO

4.3.14. Há processos físicos em preconclusão em Secretaria?

Não.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.4. AUDIÊNCIAS

4.4.1. Perfil da pauta. a) Em quais dias da semana são realizadas as audiências?

b) Qual a data de audiência mais futura?

DIFICILMENTE É AGENDADA AUDIÊNCIA

4.4.2. Quando há redesignação de audiência, qual o tempo médio para que a mesma seja efetivamente realizada?

Prejudicado.

4.4.3. De que forma estão sendo realizadas as audiências durante a pandemia?

Prejudicado.

4.4.4. A Unidade possui pauta específica para projeto de conciliação?

Não.

4.4.5. A unidade observa o estabelecido no art. 334, do CPC, (conciliação preliminar)?

Prejudicado.

4.4.6. A Unidade aderiu ao CEJUSC (Centro Judiciário de solução de conflitos e cidadania) - 1º Grau? Em caso positivo, houve algum impacto na pauta?

Prejudicado.

4.4.7. Pauta de audiências (ano):

Quantidade de audiências		
Ano	Conciliação	Instrução
2020	0	0
2021	0	0

4.4.8. Audiências realizadas





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Quantidade de audiências		
Ano	Conciliação	Instrução
2020	0	0
2021	0	0

5. CRIMINAL

PREJUDICADO

6. EXECUÇÃO PENAL:

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidades judiciais com competência privativa. O preenchimento deste item deve ser realizado conjuntamente com as questões enumeradas criminal (item 5).

PREJUDICADO

7. INFÂNCIA E JUVENTUDE:

(O questionário da infância e juventude deve ser preenchido quando se tratar de Unidades judicial com competência privativa ou Vara Única. O preenchimento deste item deve ser realizado conjuntamente com as questões enumeradas no cível e criminal).

PREJUDICADO

8. JUIZADOS ESPECIAIS:

(O questionário do juizado deve ser preenchido quando se tratar de Unidades judiciais ou juizado adjunto. O preenchimento deste item deve ser realizado conjuntamente com as questões enumeradas no cível e criminal, conforme a competência do juizado).

PREJUDICADO





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

9. FAZENDA PÚBLICA/ EXECUÇÃO FISCAL:

(O questionário da Fazenda/execução fiscal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência exclusiva fazenda ou nas Varas com competência geral. O preenchimento deste item deve ser realizado conjuntamente com as questões enumeradas no cível).

9.1 – Discrimine conforme acervo: (INFORMAÇÕES RETIRADAS DO PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA)

AÇÃO	QUANTIDADE
EXECUÇÃO FISCAL *	11.038
MANDADO DE SEGURANÇA	743
PROCEDIMENTO COMUM	1.326
AÇÃO CAUTELAR FISCAL	30
AÇÕES QUE ENVOLVAM TRIBUTOS MUNICIPAIS/ESTADUAIS	11
BUSCA E APREENSÃO	01
CARTA PRECATÓRIA	90
CAUÇÃO	09
CAUTELAR FISCAL	73
CAUTELAR INOMIDA	83
CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	4
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	31
DEPÓSITO	1
EMBARGOS À EXECUÇÃO	210
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	3
EMBARGOS DE TERCEIRO	20
EMBARGOS INFRINGENTES	5
EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	1
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA	10
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	1
EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA	1
EXIBIÇÃO	2
IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	13
MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	06
MONITÓRIA	01
OPOSIÇÃO	01
OUTRAS MEDIDAS PROVISÓRIAS	05
OUTROS PROCEDIMENTOS	1
OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	4
PETIÇÃO	21





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO	2
PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL	4
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	8
PROCEDIMENTO SUMÁRIO	6
PROCESSO CAUTELAR	14
PROTESTO	2
RESTAURAÇÃO DE AUTOS	5
TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	1
TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	1

9.2- Há projeto de conciliação fiscal com processos em trâmite?

Não. A magistrada relatou que quando passou a ser titular da unidade judicial teve a iniciativa de realizar um projeto para fins de conciliação, porém observou que o êxito era ínfimo, pelo que decidiu não mais realizá-lo.

9.3 - Quantos processos encontram-se em arquivo provisório em razão de parcelamento da dívida?

125

9.4 - O não pagamento regular do parcelamento imediatamente cessa ao arquivamento provisório do processo ? quando é retirado o processo do arquivamento provisório?

Certifica-se o ocorrido e o processo vai concluso para deliberação do juízo.

9.5- Existem processos aguardando expedição de ofício para confecção de requisição de pequeno valor? Qual o quantitativo?

Sim, 15 estão aguardando custas ou o Trânsito em julgado da decisão.

9.6- Existem processos aguardando expedição de ofício precatório? Qual o quantitativo?

Não.

9.7- Quantos processos aguardam para envio ao 2º grau?

23 processos no PJE e 30 processos físicos (Libra). O Pje vem apresentando muitas





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

falhas ao remeter processos ao 2º grau.

A Secretaria da unidade apresentou as seguintes numerações de processos no PJe em que se depararam com a falha no sistema para fins de remessa ao 2º grau. As numerações colocadas ao lado de cada número de processo se referem aos números de chamado feito para solucionar a questão, que até o período da correição ainda não tinham resposta.

0040392-34.2013.8.14.0301

0093519-13.2015.8.14.0301 - t_2108120276

0047383-89.2014.8.14.0301 - t_2108110375

0066444-04.2012.8.14.0301 - t_2108100352

0046793-49.2013.8.14.0301 - t_2108110373

0024816-59.2017.8.14.0301 - t_2108120257

0026817-22.2014.8.14.0301 - t_2108170379

0066861-54.2012.8.14.0301 - 210817038

0009789-36.2017.8.14.0301 - [2108180294](#)

0300263-06.2016.8.14.0301 - 2108180301

10. METAS NACIONAIS – CNJ:

10.1. Meta 01/2021 – CNJ – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

META 01			
Ano	Distribuídos	Julgados	Grau de cumprimento
2020	437	243	55,48%
2021	381	596	156,02%





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

10.2. Meta 02/2021 – CNJ – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31.12.2021, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31.12.2017.

META 02							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Total de julgados	Grau de julgamento	Grau de cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020	1340	1072	241	17,99%	22,5%	1099	831
2021	1369	1095	743	54,27	67,84	626	352

10.3. Meta 06/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas.

Identificar e julgar, até 31.12.2021, pelo menos, 60% das ações coletivas distribuídas até 31.12.2017.

META 06							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Sentenças	Grau de Julgamento	Grau de Cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020	06	04	01	16,67%	27,78%	05	03
2021	04	02	3	75%	125%	01	0

11. ANÁLISE DE PROCESSOS E RECOMENDAÇÕES:

11.1. Análise de 05 (cinco) processos por amostragem. Analisar: a) regularidade





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

dos atos processuais, b) cumprimento dos prazos e c) regularidade da cobrança das custas judiciais

Número do processo	Hipóteses	Observações / Recomendações
0014059-58.1995.8.14.0301	a) Sim b) Não c) Sim	Classe: Embargos à Execução Data da distribuição: 01/08/1983 META 02 A demanda de embargos à execução está em apenso ao processo principal de execução fiscal. A sentença dos embargos data de 30.12.1985 (fl. 34-36), porém não consta dos autos nem certidão de publicação da mesma tampouco o trânsito em julgado. Como último despacho nos autos em 14.10.20, há determinação para digitalização e migração dos mesmos ao PJe. Na consulta ao Sistema LIBRA o processo ainda se encontra em andamento, ou seja, mesmo com sentença não aparece na condição de julgado. Na execução fiscal a qual os embargos estão apensados fisicamente já ocorreu o trânsito em julgado. RECOMENDAÇÃO: Verificar a possibilidade de saneamento dos autos de embargos à execução, inclusive para fins de arquivamento dos mesmos independente da ação de execução fiscal.
		Classe: Mandado de Segurança Data da distribuição: 11.04.1996 META 02





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

004467- 24.1996.8.14.0301	a) Sim b) Não c) Sim	<p>Mandado de Segurança preventivo com pedido de liminar concedida em 15.04.2016.</p> <p>Sentença datada de 06.08.1996. É um movimento que não consta cadastrado no Sistema LIBRA. No mesmo Sistema o processo ainda parece em andamento (não consta como julgado).</p> <p>Oposta apelação em 24.09.1996.</p> <p>Não houve apresentação de contrarrazões, mesmo a parte intimada.</p> <p>Os autos aguardam a remessa de apelação ao E. Tribunal.</p> <p>Último movimento certidão datada de 24.08.21.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: Providenciar virtualização para envio ao 2º grau</p>
0009567- 14.1995.814.0301	a) Sim b) Não c) Sim	<p>Classe: Processo Cautelar Data da distribuição: 20.05.1995 Meta 02</p> <p>Embora no Sistema Libra ainda conste a classe como processo cautelar, há uma anotação na capa dos autos que se trata de cumprimento de sentença.</p> <p>Houve interposição de recurso de apelação pela Fazenda Pública, julgado em 16.03.2010.</p> <p>Em 26.07.2003 o processo foi sentenciado com extinção pelo pagamento.</p>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

		<p>Em 14 de maio de 2010 certificado o trânsito em julgado do acórdão (fl. 347).</p> <p>Após o trânsito em julgado, foi determinado o cálculo de honorários advocatícios.</p> <p>Consta petição de cumprimento de sentença protocolada em 14.07.17.</p> <p>Último despacho data de 18.05.21 para fins de intimação do devedor a se manifestar sobre documentos.</p> <p>OBSERVAÇÃO: Quando da análise dos presentes autos foi verificado que mesmo com a petição de cumprimento de sentença acima mencionada o mesmo ainda se encontrava com a classe "processo cautelar", pelo que houve a alteração da classe do processo por ocasião da correção.</p>
0812247- 51.2021.814.0301	a) Sim b) Não c) Sim	<p>Classe: Mandado de Segurança Coletivo Sistema: PJE Distribuição: 22.02.2021</p> <p>Em 01.03.2021, o Juízo da 1ª Vara de Fazenda Pública de Belém declarou incompetência absoluta, determinando a distribuição para juízo de execução fiscal competente, tudo na forma da Resolução nº 023/2007-GP/TJPA.</p> <p>Em 19 de março de 2021, foi proferida decisão concedendo a medida liminar requerida.</p> <p>A última movimentação se deu em 10.05.21 para intimação do autor</p>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

		quanto ao recolhimento das custas judiciais do id 24544331. Já consta movimento de decurso de prazo a parte autora em 01.06.21.
0808336-31.2021.814.0301	a) Sim b) Não c) Sim	Classe: Mandado de Segurança Coletivo Sistema: PJE Distribuição: 28.01.2021 Em 09.02.2021 foi proferida decisão concedendo liminar ao impetrante. Em 03.05.2021 foi juntado aos autos cópia de decisão em agravo de instrumento (0802400-55.2021.814.0000), após, tem como última movimentação em 24 de agosto de 2021 despacho determinando manifestação do Ministério Público.

11.2. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Carta Precatória expedida

Número do processo	Juízo deprecado	Observações / Recomendações
0015790-52.2005.814.0301	TEREZINA-PI	A última movimentação nos autos é a expedição da Carta Precatória com comprovação de envio por malote digital em 24.04.2019. RECOMENDAÇÃO: Fazer a cobrança urgente da devolução da carta precatória.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

0834020-60.2018 PJE	São Paulo - SP	A última movimentação nos autos é o reenvio de Carta Precatória, com fins de citação do executado, com comprovação de remessa por malote digital em 28.06.2021. RECOMENDAÇÃO: Fazer a cobrança da devolução da carta precatória.
083095387.2018 PJE	Terra Nova do Norte - MT	A última movimentação nos autos é a expedição de Carta Precatória, para fins de citação do executado, com comprovação de remessa por malote digital em 21.05.2021. RECOMENDAÇÃO: Fazer a cobrança da devolução da carta precatória.
0823300-34.2018 PJE	Jaboatão dos Guararapes-PE	A última movimentação nos autos é a expedição de Carta Precatória, para fins de citação do executado, com comprovação de remessa por malote digital em 15.07.2021. RECOMENDAÇÃO: Quando atingido o prazo de 60 (sessenta) dias a partir do envio da carta, promover a cobrança devolução da mesma.
0812674-53.2018 PJE	Jandria-SP	A última movimentação nos autos é a expedição de Carta Precatória, para fins de citação do executado, com comprovação de remessa por malote digital em 21.05.2021. RECOMENDAÇÃO: Fazer a cobrança da devolução da carta precatória.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observar: data de remessa, meio de remessa, prazo de cumprimento e cobrança de cumprimento e devolução.

11.3. Análise dos 2 (dois) processos de conhecimento mais antigos em tramitação na unidade.

Número do processo	Data do último despacho	Observações / Recomendações
0027851-73.2000.814.0301	20.07.21 (decisão)	<p>Classe: Execução Fiscal Distribuição: 06.09.94</p> <p>O primeiro despacho de citação data de 09.09.94.</p> <p>Foram empreendidas diversas diligências para fins de citação e, sem sucesso, foi a nomeada Defensoria Pública como curador especial.</p> <p>Exceção de Pré-executividade apresentada pela Defensoria Pública em 10.12.2019.</p> <p>A última decisão apreciou a exceção pré-executividade, rejeitando-a e determinando o prosseguimento.</p>
0025654-97.2000.8.14.0301	10.08.2021 (despacho)	<p>Classe: Execução Fiscal Distribuição: 02.12.1994</p> <p>Na consulta ao Sistema LIBRA é aberta uma caixa com alerta de que existem boletas pendentes para pagamento.</p> <p>Foi determinada a citação em 09.12.94.</p> <p>Já houve tentativa de bloqueio via Bacenjud sem sucesso.</p>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

		<p>Em 25 de Agosto de 2015, foi determinado arquivamento dos autos, voltando conclusos na hipótese da concretização de prescrição intercorrente.</p> <p>Houve inclusão de sócios no pólo passivo da demanda (decisão datada de 02.03.2017).</p> <p>Foram publicados editais de citação dos sócios (citação feita por AR).</p> <p>Ultimo despacho determina a intimação do exequente para se manifestar sobre o interesse no prosseguimento do feito e atualização do débito.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: Cumprimento do último despacho constante dos autos.</p>
--	--	--

11.4. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, quanto à vinculação de bens móveis ou imóveis aos processos.

O Diretor de Secretaria informou que não tem controle sobre a existência da vinculação de tais bens, de modo que teria que verificar em cada um dos processos acerca da vinculação dos mesmos. Exemplificou com o processo abaixo identificado que possui uma conta com valores, por bloqueio bacenjud.

Número do processo	Data do último despacho	Observações / Recomendações
0818340-69.2017	13.10.2020 (sentença)	<p>Trata-se de uma ação de execução fiscal já sentenciada em 13.10.2020. Na sentença (id 20329159) consta determinação para que seja levantada a restrição judicial, expedindo-se o que fizer necessário.</p> <p>Em 10.03.21 foi certificado a existência de penhora bacenjud nos</p>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

		autos, pelo que foi intimada a parte executada para recebimento de alvará judicial ou indicar, por advogado, conta bancária em nome do executado para transferência. Recomendação: Ultime as providências para destinação
--	--	---

12. DADOS ESTATÍSTICOS:

12.1. LIBRA:

Processos em tramitação na Unidade	3.470
Processos fora da Unidade (MP, DP, Advogado, outros)	25
Mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias	0
Processos redistribuídos no corrente ano	04
Processos arquivados definitivamente no ano anterior	605
Processos arquivados definitivamente no ano corrente (ATÉ 19/08/2021)	02
Processos paralisados há mais de 100 dias	878
Processos conclusos ao gabinete há mais de 100 dias	869
Processos com idosos postulantes	02
Sentenças homologatórias de acordo no ano anterior	-----
Sentenças homologatórias de acordo no ano corrente	-----
Total de petições pendentes de juntada	552

12.2. PJE:

Acervo: total de processos e procedimentos não arquivados definitivamente na data da abertura da correição.	10.656
Acervo processual: total do acervo, com exceção dos itens das seguintes classes judiciais: carta, inquérito policial, notificações ou interpelações.	10.643





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processos novos ano anterior	1.140
Processos novos ano corrente	942
Processos arquivados definitivamente ano anterior	2.284
Processos arquivados definitivamente no ano corrente	1.483
Processos com prioridade em andamento - idoso	
Processos com prioridade em andamento – idoso maior de 80 anos	
Processos com prioridade em andamento – infância e juventude	-----
Processos conclusos há mais de 100 dias	3.692
Sentenças proferidas no ano anterior	5.101 sendo 4. 846 em exec fis- cal
Sentenças proferidas no ano corrente	1.545 sendo 867 exec fiscal
Sentenças homologatórias de acordo no ano anterior	-----
Sentenças homologatórias de acordo no ano corrente	-----
Processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em secretaria	1.185

13. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS :

13.1. O Gestor da Unidade tem identificado dentre o corpo de servidores a existência de problemas de saúde, física e mental?

Não

13.2. Há servidores em teletrabalho?

Sim. O servidor José Maria de Freitas Torres.

13.3. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

servidores?

Sim. Treinamento sobre as ferramentas do Painel de Gestão.

14. CORREIÇÕES ANTERIORES:

14.1. Data da última correição ordinária realizada pela Corregedoria:

PA-MEM-2019/39603

Período: 10 a 14/06/2019

14.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria?

Sim.

14.3. Os problemas identificados na correição ordinária anterior ainda persistem?

A Vara está com um plano de ação para adequação de procedimentos, com prazo de conclusão estipulado para 18/12/2021.

A partir da leitura feita no relatório anterior durante a correição, foi identificado que houve o cumprimento das recomendações. Vale ressaltar que, com relação às metas nacionais, embora a unidade não tenha cumprido as referidas metas, observou-se um avanço nos percentuais de cumprimento.

14.4. Identifique as recomendações não cumpridas

Vide item acima 14.3.

14.5. É cumprido o art. 11 do Provimento n. 004/2001 – CJCI? Identificar a data da última correição ordinária periódica e magistrado responsável: - (Art. 11 - Anualmente, nos primeiros dias do mês de dezembro, o Juiz realizará a Correição Ordinária em sua Comarca ou Vara)

Correição realizada no dia 19/05/2021, pela atual juíza titular da unidade – PjeCor nº 0002263-80.2021.2.00.0814.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**15. PONTOS PARA ANÁLISE E RECOMENDAÇÃO NA DECISÃO
CORREICIONAL:.**

- ✓ Elaborar plano de ação que fixe como meta a baixa processual e as metas nacionais, 1 e 2;
- ✓ Encaminhar SIGADOC em vista substituição/conserto de móveis com defeitos;
- ✓ Necessidade de adotar providências com relação à devolução de autos à Vara, cujos prazos encontrem-se extrapolados, ver item 4.3.10;
- ✓ Necessidade de solicitar informações sobre o cumprimento de mandados cujos prazo encontrem-se extrapolados;
- ✓ Realizar a juntada das petições físicas nos processos físicos devolvidos;
- ✓ Necessidade de acompanhar a pasta com pedido de urgência, evitando acúmulo por mais de 05 (cinco) dias;
- ✓ Necessidade de manter atualizada a pasta de agrupadores do sistema PJE, não permitindo acúmulo por mais de 10 dias;
- ✓ Necessidade de reduzir percentual de PP + 100 para patamar inferior a 35% até o final do ano 2021;
- ✓ Necessidade de publicação dos atos judiciais pelo gabinete;
- ✓ Necessidade de acompanhar a baixa processual, sendo indispensável a realização de força tarefa para triagem, cumprimento de hipótese de baixa processual e arquivamento do feito;
- ✓ Orientar sobre a existência de curso auto instrucional no link da Escola Judicial, como o de gestão;
- ✓ Necessidade de ser enviada consulta a respeito do cumprimento das cartas precatórias pelas varas de fazenda, pois as cartas são autuadas com classe diversa, dificultando seu acompanhamento, bem como a observância de prazo de cumprimento, o que poderá ser matéria para sugerir à COJ a atualização da resolução;
- ✓ Necessidade de força tarefa para operacionalizar ferramenta de restrição patrimonial, considerando pendência de mais de 800 processos aguardando sua realização;
- ✓ Identificada boa prática na utilização da ferramenta SISBAJUD (antigo BACENJUD) com a constrição de valor consolidado relativo a processos dos requeridos;
- ✓ Necessidade de atualização da "classe" cumprimento de sentença, conforme TPU (Tabela Processual Unificada), quando de tramite após o trânsito em julgado da sentença;
- ✓ Sistema PJE apresenta inconsistência que vem dificultando o envio de processos eletrônicos ao 2º grau, havendo dezenas de chamados técnicos;
- ✓ Providenciar envio das caixas de processos físicos preparados para ser encaminhadas ao arquivo geral.

16. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS:

ANEXOS:





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- 1** - Termo de abertura;
- 2** - Termo de encerramento;
- 3** - Relatórios de depósitos judiciais referentes aos processos do sistema LIBRA;
- 4** - Relatórios de depósitos judiciais referentes aos processos do sistema PJE;
- 5** - Relatório de Fiscalização da SEPLAN;
- 6** - 02 Relatórios de processos não devolvidos extraído do LIBRA e apresentados pela própria unidade;
- 7** - Relatório de carga extraído da tela inicial do sistema LIBRA;
- 8** - Relatório de Mandados não devolvidos a mais de 30 dias do sistema LIBRA;
- 9** - Ofício nº 014/2021-GAB, de 24 de agosto de 2021 ao Procurador-Geral do Estado para fins de cobrança de devolução de autos físicos;
- 10** - Análise do acervo da unidade apresentada pelo Departamento de Gestão e Estatística.

Belém, Pa, 26 de agosto de 2021.

SILVIA MARA BENTES DE SOUSA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça

Fabíola Rodrigues Barata
Assessor Jurídico da CGJ

Lorena Ramos do Vale
Analista da CGJ

